

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/317290370>

Regionalidades na América: aspectos da formação histórica, política e econômica do Paraguai antes da Guerra da Tríplice Aliança

Conference Paper · May 2016

CITATIONS

0

READS

55

3 authors, including:



Fabricio Missio

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

120 PUBLICATIONS **534** CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Rosele Marques Vieira

11 PUBLICATIONS **35** CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Regionalidades na América: aspectos da formação histórica, política e econômica do Paraguaiantes da *Guerra da Tríplice Aliança*

Claudia Vera da Silveira¹
Fabricio José Missio²
Rosele Marques Vieira³

Resumo

O objetivo do trabalho é analisar aspectos da formação histórica, política e econômica do Paraguai antes da Guerra da Tríplice Aliança. A análise é conduzida tendo como variável de referência o comércio exterior. Ou seja, buscou-se na literatura uma síntese dos aspectos que caracterizam a formação do Paraguai referenciando, sempre que possível, a análises com base em dados secundários relacionados ao intercâmbio comercial internacional. Os resultados mostram que a trajetória do país esteve marcada pela exportação de produtos intensivos em recursos naturais e intensivos em trabalho (especialmente aqueles derivados da utilização da mão-de-obra indígena) dentre os quais se destacam a erva-mate, madeiras, couros e, em contrapartida, pela importação de produtos manufaturados. Ademais, é possível identificar que a política tributária que incidia sobre as relações comerciais internacionais acabou entorpecendo o desenvolvimento do país em todo o período colonial, sendo uma das principais razões para a revolução da independência e para a política isolacionista adotada subsequentemente pelo país.

Palavras-chaves:Paraguai, aspectos históricos, aspectos econômicos.

Abstract:

The objective is to analyze aspects the formation historical, political and economic of Paraguay before The War of the Triple Alliance. The analysis is conducted having by reference the foreign trade. That is, if sought in the literature an overview of the aspects that characterize the formation of Paraguay referencing where possible, the analysis based on secondary data related to international trade. The results show that the trajectory of the country was marked by the exports of products intensive in natural resources and intensive in work (especially those derived from the use of labor-work indigenous) among which stand out the yerba mate, wood, leather and, in counterpart the import the manufactured goods.

Moreover, it is possible to identify that tax policy that focused on international trade relations ended up dulling the country's development throughout the colonial period, was also one of the main reasons for the revolution of independence and the isolationist policy adopted subsequently by the country.

Keywords:Paraguay, historical, economic aspects.

¹Mestranda em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Bolsista PIBAP/UEMS, e-mail: gycvera@gmail.com

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS, e-mail: fabriciomissio@gmail.com

³Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS, e-mail: rosele@uems.br

1- Introdução

O resgate do processo histórico, do contexto político e dos condicionantes econômicos da sociedade paraguaia passa pela compreensão de aspectos do processo de ocupação do território dentro do continente americano, da forma de apropriação dos seus recursos e da inserção a lógica de mercado.

O processo de colonização da América iniciou-se no ano de 1492 e se estendeu até a independência das repúblicas americanas, aprincípios do século XIX. As grandes expedições que descobriram o “novo continente” tiveram como objetivo a busca de rotas alternativas para chegar as Índias, a fim de obter as “especiarias”. Até então, as rotas comerciais existentes eram largas e perigosas, de tal modo que, no caso de uma embarcação completar o percurso e chegar à Europa, o lucro com as especiarias era significativamente elevado.

Os países ibéricos, Portugal e Espanha, foram os pioneiros neste empreendimento, devido principalmente à sua localização geográfica. Assim, portugueses e espanhóis partiram por rotas diferentes e nesse processo descobriram a América(SÁNCHEZ, 1972). Convém ressaltar que a Espanha obteve maiores êxitos em seus descobrimentos (consideradas as pretensões iniciais), pois logo no início encontrou metais preciosos como ouro e prata no México e Peru (FURTADO, 1972)

Não obstante, a presença dos metais preciosos fora restrito a alguns lugares, sendo que os territórios ausentes foram conectados com a metrópole mediante a exploração de produtos espontâneos como erva-mate, madeira, couros, entre outras, obedecendo, assim, a um “sentido da colonização”, como definido por Prado Junior (2008).

Nesse contexto, o objetivo geral do trabalho é analisar os principais aspectos da formação histórica, política e econômica do Paraguai antes da Guerra da Triple Aliança. Nesse caso, ênfase especial é dada as relações que permeavam o comércio exterior, já que problemas relacionado a ele (tributação excessiva) pode ser considerado como uma das principais razões para a revolução da independência e para a política isolacionista adotada subsequentemente pelo país.

O artigo está dividido em 3seções, além desta introdução. A segunda seção aborda aspectos do período colonial; a terceiraapresenta uma análise do período independente, especificamente dos governos de José Gaspar Rodríguez de Francia e Carlos Antonio López. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais.

2- Período colonial (1537-1811)

Os conquistadores espanhóis ao chegarem nas terras correspondentes à região do Paraguai, localizadas entre os rios Paraguai e Paraná depararam-se com uma população nativa. A margem direita do rio Paraguai (região Oriental)era habitada principalmente pelos índios guaranis e a margem esquerda do rio encontra-se o Chaco, território habitadopor grupos de indígenas hostis como os guaicurus, entre outros. (VÁZQUEZ, 2006).

No caso paraguaio, o processo colonial se estendeu desde a chegada dos conquistadores, em 1524, até os acontecimentos que derivaram na sua independência em 1811. No ano de 1537 foi fundado o primeiro forte no Paraguai, chamado “NuestraSeñora de la Asunción”. Durán (2011) afirma que a colonização do Paraguai desde a fundação deste forte, de certa forma foi “um acidente histórico, produto do

fracasso de um esforço de conquistar o Império Inca através do Rio da Prata⁴” (p. 63). Tal é assim, que Cardozo (1987) assinala que este forte constituiu-se posteriormente na base de operações que tinha como objetivo abastecer de alimentos e índios às expedições que buscavam metais preciosos⁵.

De acordo com Ashwell (2015) dois elementos conjugaram a colonização do país: o primeiro foi à frustrada tentativa de encontrar metais preciosos que culminou, portanto, no fracasso dos conquistadores que vislumbravam a possibilidade de enriquecimento rápido. Sendo assim, em vez de voltarem derrotados para a Espanha, instalaram-se na região de Assunção, principalmente próximo ao rio Paraguai, na região oriental do país.

O segundo elemento esteve associado a abundância de terras e a numerosa população indígena que seriam submetidas à escravidão por meio do sistema das “encomiendas”. De acordo a Durán(2011)este sistema consistia na repartição de terras e índios a favor dos espanhóis como recompensa pelos serviços prestados à Coroa,e foi aplicado desde 1556 como fruto da pressão dos colonizadores. Pastore (2013) afirma que foram trezentas e vinte “encomiendas”, todavia cumpre ressaltar que antes desta formalidade, os espanhóis já utilizavam a mão-de-obra indígena.

As encomiendas foram um sistema de intercâmbio entre a coroa espanhola e particulares colonizadores, onde a primeira fazia concessões de trabalho forçado indígena e terras em troca de algum tipo de compensação dos espanhóis (particulares beneficiários), como, a colonização e defesa das terras de invasões. Rivarola (1986) e Ashwell (2015) assinalam que a Província do Paraguai sofria constantemente com os ataques de índios não submetidos aos colonizadores e, também, dos bandeirantes que caçavam índios nessa região com o propósito de obter mão-de-obra indígena a fim de trabalharem nas feitorias de açúcar de São Vicente (que corresponde atualmente ao estado de São Paulo no Brasil).

Distante de assumir um papel de liderança econômica para a Espanha, a Província do Paraguai desempenhou um papel relevante do ponto de vista político constituindo-se em um “peldaño ou degrau” para defender os limites da coroa espanhola contra as pretensões expansionistas dos portugueses na área do Brasil (DURÁN, 2011).

Campos (2013) destaca que as atividades econômicas no início do período colonial estavam voltadas para a produção de bens para autoconsumo, como os cultivos indígenas (milho, mandioca, batatas, algodão e abóboras) e espanhol (trigo, cevada, arroz, cana-de-açúcar e uvas estas duas últimas trazidas do Peru). Convém ressaltar, contudo, que neste período existia uma luta frenética por meios de subsistência, já que a província ficou a sua própria sorte, ou seja, sem o apoio da metrópole (Rivarola, 1986).

⁴ O português Alejo García, que fazia parte da expedição de Juan Díaz de Solís por volta de 1515, foi o primeiro dos navegantes europeu que, em 1524, atravessou o Paraguai alcançando o Alto Peru (hoje Bolívia) por meio do Chaco em companhia dos índios guaranis - com quem havia convivido por um tempo (após sobreviver de um naufrágio na Costa Atlântica) - e conseguiu um importante carregamento de metais preciosos e tecidos, que posteriormente chegaria à Europa. Contudo, acabou morto por índios nas margens do rio Paraguai (SÁNCHEZ, 1972).

⁵Os conquistadores espanhóis fizeram uma “aliança” mutua com os guaranis da área de Assunção. Enquanto prosseguiam buscando formas de chegar ao Peru, trataram de obter destes índios “amigos”, sem maior coerção, os produtos e serviços que necessitavam para empreender suas marchas e, em troca, ofereciam proteção contra “as mais belicosas tribos nômades dos guaicurús, que há tempo vinham fustigando-os” (PASTORE, 1990, p.152).

Ademais, é importante ter em mente que os jesuítas exerceram um importante papel na época colonial na América do Sul, sendo que suas atividades iniciaram-se no final do século XVI, embora somente a partir de 1609 foi que fundaram os primeiros povoados no Paraguai, denominadas de “reducciones”. Estas reduções tinham como objetivo fixar os guaranis em um lugar determinado, considerando que eram seminômades. Fogel e Scappini (2012) assinalam que as atividades de evangelização iniciaram-se nesse período, especificamente quando a Coroa Espanhola solicita as missões à “conquista espiritual” dos indígenas guaranis.

Pastore (2013) argumenta que a Coroa Espanhola outorgava as companhias jesuítas terras sem muita importância comercial e em zonas ou áreas de fronteiras, onde o poderio militar geralmente não podia pacificar o índio. Em contrapartida os jesuítas haviam adquirido direitos da coroa, como a posse exclusiva da mão de obra indígena (conseguiram a liberação dos serviços pessoais dos indígenas), poderio militar próprio e a isenção de todo tipo de impostos e tributos.

Os jesuítas tinham seu próprio sistema econômico de produção e comercialização. Em relação ao comércio exterior, os principais produtos de exportação das missões jesuítas foram os lenços de algodão, milho, fumo, em menor proporção o trigo, açúcar e vinho. Mas o produto mais importante de exportação e que gerara muitos benefícios para os jesuítas era a erva-mate, especialmente a do tipo “*caamini*”⁶.

Para Garavaglia (2008) a difusão do consumo da erva-mate entre “mestiços e brancos” da região do Guayrá e Asunción correspondeu a uma recepção por parte do espanhol de elementos da cultura indígena. O primeiro registro de consumo não indígena da erva-mate data de 1595⁷. Nos anos 60 do século XVI tem-se os primeiros registros de extração da erva-mate na região do Guayrá. Nas primeiras décadas do século XVII o seu consumo chega ao Tucumán e, por volta de 1620, o seu consumo se difunde na região alto-peruana que constituiria uns de seus importantes mercados.

Rivarola (1986) afirma que entre os anos de 1630 e 1636 a produção da erva-mate se mantém em torno de uma produção de 2.000 a 6.600 libras, mas, foi somente a partir de 1.660 que este produto ganha importância, deslocando os demais produtos agrícolas da época, como o vinho, açúcar e algodão em termos de exportação. Nesse período que se impõe ao comércio do Paraguai o Porto Preciso de Santa Fé⁸. A tabela 1 apresenta a quantidade total de entrada deste produto no referido porto.

Tabela 1 - Quantidade total de entrada da “Yerba Mate” desde o Paraguai e a Missões Jesuíticas no Porto de Santa Fé (Em arrobas = 11,5 Quilos)

Anos	Paraguai	Misiones Jesuíticas	Total
1675	26,94	2,50	29,44
1676	30,72	1,85	35,56

⁶ Espécie de erva-mate cultivada pelos jesuítas ao sul do Paraguai cujas folhas são menores e o sabor é mais suave.

⁷ Se trata de uma carta do padre Juan Romero da Companhia de Jesus, quem em seu relato de viagem desde Santiago Estero até Asunción, descobre horrorizado que na Villa de Concepción de Bermejo, que tanto índios como espanhóis tomam “um agua mezclada com yerua que llama del paraguay” (GARAVAGLIA, 2008, p. 38).

⁸ Por meio da “Real Cédula de 31 de dezembro de 1662” foi criado o “Porto Preciso de Santa Fé”, medida que obrigava a desembarcar todas as mercadorias paraguaias em Santa Fé e continuar viagem por terra até Buenos Aires. O monopólio do transporte de carretas foi outorgado ao santafecinos, que por sua vez importavam as carretas do Paraguai. Este Porto funcionou até 1770 (RIVALORA, 1986).

1677	-	1,73	-
1678	-	1,12	-
1679	15,61	8,59	24,20
1680	9,80	5,34	26,12
1682	28,94	1,33	30,27

Valores em 1.000 unidades

Fonte: GARAVAGLIA (2008, p, 70).

Campos (2013) sustenta a tese de que foram os pesados gravames sobre o comércio, que não permitiram um desenvolvimento do província do Paraguai. Para ilustrar esta afirmação o autor exemplifica que desde 1638 inicia a arrecadação de um direito em Santa Fé, este imposto era semelhante ao que se cobrava em Asunción. Em 1657 surgiu o imposto chamado “alcabala” um tipo de imposto sobre as vendas. Em 1680 criou-se as “sisas” outro tipo de impostos cujo objetivo era sustentar as fortificações de Buenos Aires e Montevideo. Em 1726 por meio de uma “Cédula Real” criou-se o “arbitrio”, com o objetivo de sustentar a fortificação de Santa Fé. Cabe destacar que existia uma diferenciação de impostos para os produtos paraguaios destinados à províncias do Rio da Prata (entenda-se Buenos Aires) e para as demais províncias como o Chile e Peru(RIVAROLA, 1986).

Produtos como erva-mate, madeiras e fumo eram os principais itens de exportação da Província do Paraguai nesse período. A exportação era realizada pelos “encomenderos” e “jesuítas”, sendo que ambos utilizavam a mão-de-obra indígena nos processos produtivos, extrativos e de transporte. Os produtos tinham como destino Buenos Aires, Peru, Alto Peru (hoje Bolívia) e Chile, ou seja, concentrava-se no mercado de âmbito regional.

Segundo Villagra (2012) a economia paraguaia no período colonial estava estruturada e dirigida para beneficiar principalmente as capitais dos vice-reinados: primeiramente Lima, até 1776, e depois Buenos Aires, além da metrópole espanhola.

Como já foi mencionado,a isenção de impostos pelos jesuítas tanto nas exportações (erva-mate principalmente) e importações (bens manufaturados⁹), rendiam lucros extraordinários para este grupo religioso, privilégio que não foi estendido aos “encomenderos”, pois estes deveriam pagar todos os tipos de impostos, desde o “diezmos, derechos de navegación, impuestos, alcabalas, tributos, sisas y cuantasgabelas pesaban sobre los demás productores” (GARAY, 1897, p. 142). Estes privilégios posteriormente resultariam em conflito de interesses entre estes dois grupos (Revolução de Comuneros)¹⁰.

Pastore (2013) também afirma que a prosperidade econômica dos jesuítas se devia a isenção de tributos e impostos que os latifundiários e oligarcas paraguaios (encomenderos) pagavam à Coroa e,também,nos portos aduaneiros do Rio da Prata. Esta organização socioeconômica atingiu um nível de prosperidade que permitiu aos

⁹Todo o comércio entre os povos jesuíticos e espanhóis era proibido, mas a Companhia de Jesus, a fim de favorecer as vendas, estabeleceu mercados em forma mais ou menos regular, em sete povos mais próximos de Assunção e Buenos Aires. As tendas tinham produtos variados, do mais modestos ao mais suntuosos, da província e também de outros países (GARAY, 1987). Os espanhóis preferiam comprar dessas tendas devido à diferença de preços, pois os religiosos não pagavam impostos de importação.

¹⁰De acordo com Telesca (2011), a insurreição dos comuneros foi o antecedente imediato da revolução da independência e representou a expressão política da classe burguesa que começava a reclamar um espaço no poder.

primeiros monopolizar praticamente todo o comércio exterior da colônia, cujos principais produtos eram a erva-mate, a madeira e o couro.

Desta forma a princípios do século XVIII, as forças produtivas das principais classes em ascensão da província do Paraguai (latifundiários e oligarquia comercial) se encontravam entorpecidas no seu desenvolvimento, pelas relações de produção das missões e principalmente pelo monopólio comercial destes religiosos, que controlavam praticamente o comércio exterior. Por volta de 1767 ocorreu a expulsão dos jesuítas de todo o território espanhol (aproximadamente 160 anos de administração nas missões guaranis ao sul do Paraguai), e seria a classe latifundiária que passaria a possuir as extensas terras e apropriar-se de suas atividades produtivas, fortalecendo-se como grupo dominante. Entretanto White (1986) assinala que a prosperidade econômica da região de Misiones registrada durante a administração dos jesuítas, em poucas décadas entrava em uma decadência econômica sob a administração dos civis.

3- Período Independente (1811-1865)

3.1 Governo de José Gaspar Rodríguez de Francia

A independência do Paraguai ocorreu no dia 15 de maio de 1811. De acordo com Vázquez (2006), ela foi mais uma reação ao crescente poder de Buenos Aires que impunha elevadas taxa de impostos que deveriam ser pagos pelos latifundiários ao exportar erva-mate e fumo, do que uma reação contra a coroa espanhola. Areces (2011) afirma que o resultado contundente da independência do Paraguai foi o desmembramento da tutela da metrópole (Espanha) e da sub-metrópole (Buenos Aires), sendo que a relação com essa última teria repercussões em distintos níveis e marcaria o futuro das relações entre Asunción e Buenos Aires.

O Paraguai conseguiu em um curto período de tempo organizar-se como República soberana, na forma de uma ditadura. Nesse período, as relações exteriores estiveram associadas à defesa da soberania paraguaia, tratando de preservar o território herdado da colônia, de obter a livre navegação dos rios e de sustentar a independência do país em um plano de igualdade tanto frente à Inglaterra, como as províncias do Rio da Prata e ao Brasil. Portanto, em condições de ameaça exterior o país protegeu as suas fronteiras, de tal forma que o isolamento foi um elemento condicionante da política da ditadura (ARECES, 2011).

Coronel (2012) aponta que o Paraguai foi o único país da América onde se teve uma ativa atuação das classes populares como camponeses, “chacrer¹¹”, artesãos, pequenos comerciantes, peões agrícolas, entre outros, na revolução da independência.

Para Vilaboy (1984) houve a formação de um grupo interclassista, independente da sua posição social, cujo interesse nesse momento era comum: o de liberar-se do jugo de Buenos Aires. Assim Francia, o representante das classes subalternas, juntamente com os “ricos criollos paraguayos”, a classe comerciante, as elites da realeza e religiosos se aliaram para fazer frente à Buenos Aires.

Após a independência do Paraguai iniciou-se o governo provisório, em que participaram um representantes das classes¹² existentes na época da revolução

¹¹ De acordo com Vilaboy (1984, p. 40) os proprietários médios ou pequenos eram chamados de chacrer¹¹, em sua maioria eram camponeses dedicados ao cultivo do fumo e outros produtos agropecuários.

¹² De acordo com Campos (2013) as classes ou bandos eram: os espanholistas que ocupavam os principais cargos públicos e controlava o sistema do comércio do Rio da Prata; os porteñistas que representava os

(espanholistas, os porteñistas e os independentistas). White (1989) menciona que os espanhóis prontamente foram eliminados do poder, e a classe independentista era minoria, entretanto o seu líder o Dr. Francia com o apoio das classes populares (pequenos proprietários de terra, agricultores, peões, população do interior) praticamente conduziu o país, isolando a “elite criolla”. E em 1816 assumiu o poder absoluto como Supremo Ditador¹³ Perpetuo da República do Paraguai e governou o país até sua morte ocorrida em 1840 (CARDOZO, 1987).

Pastore (1994a) também assinala que existia uma coalisão de forças políticas que defendiam um governo mais representativo e um comércio mais livre, que arrebatou o poder político da administração colonial espanhola. Expõe que devido às pressões dos bloqueios comerciais estrangeiros e a constante ameaça de invasões militares esta coalisão daria lugar a uma crescente militarização e a um governo ditatorial que favoreceu a secessão e o estatismo econômico.

Benítez (1984) sustenta a tese de que o povo paraguaio ao livrar-se do controle espanhol, aceitou a ditadura de Francia como uma necessidade histórica de um período de formação do Estado, onde o país estava rodeado de ameaças externas.

Logo após a independência, Buenos Aires¹⁴ buscava formas de incorporação do Paraguai como uma de suas províncias, tanto com força militar por meio de invasões como por meio econômico, criando barreiras comerciais. Em resposta a essa situação de ameaça externa, impôs-se uma política de isolamento do país, o que resultou em uma diminuição dos fluxos econômicos, sociais e demográficos.

A política de isolamento resultou também na decadência do comércio exterior paraguaio que desencadeou importantes dificuldades fiscais que seriam compensadas pelo aumento das tarifas, “contribuições forçadas” e confiscações (WHITE, 1987). Os bloqueios comerciais impostos principalmente de Buenos Aires induziram à diminuição das exportações e também as receitas do governo, levando o país à uma contração econômica. Inicia-se, assim, o desenvolvimento de uma economia fortemente autárquica e centralizada no Estado, que passou a controlar boa parte das terras aptas do país, orientando a sua produção agrária e pecuária para a produção de bens com o intuito de abastecer o seu mercado interno (Pastore, 1994a; 1994b).

interesses das grandes famílias “criollas” que aspiravam substituir os espanhóis nos cargos públicos administrativos e o comércio exterior, eram donos de grandes extensões de terras, geralmente eram chamados de porteños por simpatizarem com Buenos Aires e uma possível união o relação mais amistosa com essa província; e os independentistas, cujo líder era José Gaspar Rodríguez de Francia (CAMPOS, 2013; WHITE, 1989).

¹³White (1989) assinala que a palavra “Ditador” a princípio do século XIX era utilizado e seu sentido romano, um magistrado com suprema autoridade, eleito em períodos de emergências. Na sua obra utiliza a frase “El Dictador, por que era o título formal do Dr. Francia e refletia o poder que lhe fora concedido pelos congressos populares massivos, também por que assim era designado pelo povo paraguaio e também dessa forma assinava os documentos oficiais” (WHITE, 1989, 7).

¹⁴De acordo com White (1989) o que caracterizou a história da Argentina foi na prática as constantes lutas entre “federales” e “unitários”. Assim, em nome da causa comum contra Espanha, Buenos Aires solicitou e recebeu apoio das províncias interiores, todavia após a derrota dos espanhóis no Rio da Prata em 1810, os porteños (Buenos Aires) trataram de impor um governo central, mantendo desta forma o controle sobre a economia da região. Em oposição a esta tentativa centralista (unitária) de manter a ordem política e econômica os autonomistas (federales) lutaram por uma confederação de províncias de igual rango, travando uma prolongada guerra civil. O Paraguai segundo esta ótica era uma “província rebelde”, que deveria mandar soldados para a defesa da causa unitária.

A Tabela 2 apresenta os principais produtos exportados pelo Paraguai entre os períodos de 1816 – 1838. Percebe-se a diminuição das exportações e a dependência pelos produtos erva-mate e fumo.

Tabela 2– Valor aproximado das exportações do Paraguai nos anos de 1816 – 1838. (Em Peso Fuerte¹⁵)

	1792*	1816	1818	1819	1820	1829	1832	1837	1838
Erva-mate	245,74	289,92	205,48	109,52	442,39	15,85	55,23	46,81	55,92
Fumo	-	82,99	67,85	71,88	13,69	28,29	28,89	56,28	26,62
Couros e solas	-	13,41	11,55	-	1,14	-	-	29,05	23,06
Gado	-	-	-	-	-	13,20	5,76	-	-
Sal	-	-	-	-	-	2,87	1,68	4,55	2,83
Carretas	-	-	-	-	-	2,52	1,40	6,77	4,84
Vários	-	-	-	-	-	-	-	0,00	-
Total	327,65	391,23	292,56	191,85	57,50	65,24	94,57	149,18	114,69

Valores em 1.000 unidades. 8

* Média dos valores entre 1788-1972

Fonte: White (1975) e *AZARA (1969) apud Campos (2013, p. 394).

Pastore (2013) sustenta a tese de que a política isolacionista de Francia afetou de forma negativa o comércio exterior do país, que consubstanciou-se na redução da comercialização da erva-mate. Desta forma, a erva-mate paraguaia, que na época era de maior qualidade e grande aceitação na região platina, perdeu espaço para a erva-mate brasileira. Em outras palavras, a produção brasileira entrou neste mercado atendendo a demanda insatisfeita dos consumidores da Argentina, Uruguai e Perú. O mesmo ocorreu com a madeira e fumo, que passaram a ser atendidos pela produção do Brasil e dos Estados Unidos.

Convém lembrar que o Paraguai é um país mediterrâneo sem acesso ao mar e que, portanto, para exportar os seus produtos dependia da livre navegação, principalmente no Rio da Prata. Assim, o isolamento do país foi gradual e o Estado monopolizou os principais produtos de exportação. A partir de 1823 foi estabelecido o porto de Itapúa como única entrada e saída de todos os intercâmbios com o exterior. O principal parceiro comercial nessa época foi o Brasil, embora nos anos finais da ditadura, Montevideo também tenha ganhado alguma relevância.

De acordo com White (1975) o comércio com o Brasil teria lugar por terra entre o porto de Itapúa e São Borja. Os comerciantes brasileiros levavam os produtos paraguaios em carroças através de Misiones até São Borja e os transportavam dali até Porto Alegre, que servia de ponto de distribuição para Montevideo, Buenos Aires e Rio de Janeiro.

Francia também instituiu as chamadas “Estancia del Estado” no qual buscava fomentar a agricultura e a pecuária (White, 1989). No primeiro caso, o Estado indicava aos produtores os cultivos a que deviam se dedicar. Pomer (1987) relata que como o país era basicamente agrícola, o nível de desempregados era irrisório, pois existia toda

¹⁵Em relação ao sistema monetário, no período colonial o Paraguai teve como instrumento de troca as mesmas moedas que circulavam na metrópoles, sendo as principais; as moedas espanholas de ouro e prata, as suas respectivas subdivisões e também a moeda de cobre, denominadas de “Reales de Vellón”. (FRESCURA, 1942). Este sistema monetário prevaleceu no país até 1847, e onde: 1 onza de ouro = 16 Peso Fuerte.

sorte de subsídios, como o arrendamento de terras aos camponeses a um preço muito baixo, bem como a disponibilização de implementos agrícolas para estes produtores. No segundo caso, era fomentado a criação de cavalos e gado, sendo que este último era destinado ao abastecimento (de carne) ao exército e a população, enquanto o couro era destinado à exportação (VILABOY, 1984).

3.1- Governo de Carlos Antonio López

Em decorrência da morte de Francia formou-se um governo provisório e, em 1844, Carlos Antonio López foi eleito primeiro presidente constitucional do Paraguai. No que concerne à economia, o período é caracterizado por um processo de liberalização da economia e por políticas de incentivos à exportação de produtos com valor agregado. Herken e Jiménez (1983) ressaltam que o imposto para a exportação de fumo e couro cru elevou-se de 10% a 15%, enquanto que o gravame para exportação de cigarros e couros processados reduziu-se de 10% para 5%. A Tabela 3 mostra o comportamento do comércio exterior do país após a liberalização econômica.

Tabela 3 - Comércio exterior do Paraguai 1851 – 1860. (Em Peso Fuerts).

Ano	Valor		Saldo
	Exportação	Importação	
1851	341,62	230,92	110,70
1852	470,01	715,89	-245,88
1853	690,48	406,69	283,79
1854	777,86	595,82	182,04
1855	1.005,90	431,84	574,07
1856	1.143,13	631,23	511,90
1857	1.700,72	1.074,64	626,08
1858	1.205,82	866,60	339,22
1859	2.199,68	1.539,65	660,03
1860	1.693,90	886,84	808,06
Total	11.229,12	7.379,11	43.850,01

Valores em 1.000 unidades

Fonte: DU GRATY, (1862) apud Campos (2013, p. 396).

As atividades industriais e comerciais mais importantes seguiam sendo monopólio do Estado. Pastore (2013) especifica que apesar da liberalização do comércio exterior, a erva-mate que era uma das maiores riquezas do país permanecia sendo propriedade estatal. A erva era comprada a um preço do produtor e era vendida pelo dobro ou até o triplo do valor pago para o mercado externo. A Tabela 4 apresenta as exportações do Paraguai no ano de 1860. Nota-se que aproximadamente 65% do valor das exportações desse ano correspondem à erva-mate, 15% ao fumo, 13% ao cigarro, 11% ao couro.

Tabela 4 - Detalhe das exportações do Paraguai 1860. (Em PessFuerte)

Produtos	Exportação	%
Erva-mate	1.093,86	64,58
Fumo	270,37	15,96
Cigarros	224,46	13,25
Vigas e Tábuas	14,80	0,87
Couro Seco	187,79	11,09

Couro Surtido	22,86	1,35
Casca de “Curupay” ¹⁶ para curtido	22,47	1,33
Laranjas	23,47	1,39
Outros Artigos (milho, farinha de mandioca, doces de frutas)	35,84	2,12
Total	1.693,90	100,00

Valores em 1.000 unidades

Fonte: DU GRATY, (1862) apud Campos (2013, p. 397).

A respeito da comercialização nesse período Verón (2011) assinala que muitos dos produtos como erva-mate, madeira, fumo, eram comercializados e exportados ao exterior por Itapúa e Asunción. A Tabela 5 apresenta os principais produtos importados pelo Paraguai em 1860. Pode-se examinar que os objetos de ferro e cobre, tecidos e artigos de algodão, artigos de lã, sedas e bebidas conformavam a pauta de importação na época. Os países de onde provinham esses produtos eram principalmente europeus (Inglaterra, França, Alemanha e Espanha).

Tabela 5 - Detalhe das importações do Paraguai em 1860. (Em Peso Fuerte)

Grupos	Produtos	País de origem	Valor
I	Objetos de ferro e cobre. Tecidos e artigos de algodão, lenços e cachecóis	Inglaterra, Alemanha	275,97
II	Lençóis e artigos de lãs	Inglaterra	250,94
III	Conservas, cerveja, vidros e cristais	Itália, Espanha, França, Inglaterra, Alemanha	164,93
IV	Vinho comum, vinho fino e licores	Espanha, França	79,02
V	Seda	Alemanha	31,29
VI	Farinhas	Estados Unidos	4,93
VII	Diversos	-	79,77
Total			886,84

Valores em 1.000 unidades

Fonte: DU GRATY, (1862) apud Campos (2013, p. 398).

Existem visões divergentes a respeito do modelo econômico adotado nesta época. Por um lado, autores como Chiavenato (1984) e Vilaboy (1984) defendem a tese que o país teve um desenvolvimento industrial autônomo, interrompido com a Guerra da Tríplice Aliança. Por outro, autores como Pastore (1993), Pastore (2013), entre outros, discordam desta concepção de modernização industrial do país.

De acordo com Chiavenato (1984), no período de governo de Carlos Antonio López ocorreram grandes reformas na economia do país, como a construção das ferroviárias e a implementação de um moderno sistema de comunicação por meio do

¹⁶White (1989) afirma que casca de curupay se utilizava amplamente para curtir couro.

telégrafo e da imprensa. Vilaboy (1984) destaca que o processo de modernização do país esteve diretamente relacionado com a presença da fábrica de fundição de ferro (chamada Fundición de Ybycuí), que foi uma das primeiras da América Latina e que possibilitou a construção do primeiro barco a vapor com casco de aço da época, a primeira linha ferroviária e a primeira linha de telegrafo. Essas construções refletiam uma realidade do país que o diferenciava em relação aos seus vizinhos.

Pastore (1993), por exemplo, discorda da hipótese de industrialização no Paraguai no período de 1852-1870 e justifica que não existem evidências empíricas à respeito, em grande parte devido à própria ausência de registros sobre os investimentos estatais que pudessem comprovar a modernização econômica do país.

Ressalta-se que no país há uma escassez de dados sobre as contas nacionais até meados 1990. Os dados anteriores a esse período são estimações sobre os recursos fiscais da época que seriam muito baixo para justificar uma industrialização propriamente dita.

“No existe una estimación representativa del valor real de las inversiones estatales, además la evidencia disponible hasta el momento solo permite una descripción cualitativa y por consiguiente las hipótesis revisionistas de industrialización estarían sustentadas sobre bases empíricas cuantitativas y cualitativas asaz débiles” (PASTORE, 1993, p.11).

O autor ainda argumenta que o crescimento econômico desse período esteve ancorado pelo investimentos realizados na área militar e os recursos que financiaram essas atividades foram a erva-mate, fumo, couro e madeira. Este produtos eram exportados e os recursos proveniente desta exportações eram utilizados para importação¹⁷ de elementos necessário para o abastecimento do exército militar (PASTORE, 1993).

“Poseía la república un buen ejército, arsenales, fábricas de pólvora y balas, fundiciones de hierro, regular marina de guerra, ferrocarriles, escuelas numerosas, comercio próspero, cuando falleció D. Carlos Antonio López el 10 de Septiembre de 1862” (GARAY, 1897b, 125).

Cardozo (1987) assinala que o governo do período deixou a país com um exército formado e equipado e grandes pendências sobre tratados de livre comércio, navegação e limites com os países vizinhos. Em seu lugar assumiria o seu primogênito Francisco Solano López.

4- Conclusão

O artigo buscou apresentar aspectos da formação histórica, política e econômica do Paraguai antes da Guerra da Tríplice Aliança. Ênfase especial foi dedicada ao comportamento do comércio exterior, que evidencia a relação de dependência do Paraguai em relação ao sistema de comércio fluvial e sua intercomunicação com a região do Prata. Este aspecto revelou fricções de interesses entre as classes dominantes dos países envolvidos, desencadeando posteriormente a Guerra da Triple Aliança.

¹⁷Em relação às importações, Pastore (1993, p.23) destaca que os bens de capitais e algumas matérias primas eram isentos de impostos e por essa razão não apareciam nos registros da aduana. Além disso, muitos das importações do estado eram armas, munições e outros artigos para a indústria relacionada à defesa nacional, que eram considerados segredos de Estado e por isso não apareceria nos registros públicos. Portanto, fica difícil uma análise mais acurada sobre a questão da industrialização.

Constatou-se, também, que historicamente os fatores produtivos abundantes no país foram recursos naturais (principalmente terra) e trabalho (mão-de-obra indígena). Isto pode ser evidenciado na colonização do território, que teve sua base na exploração de trabalho escravo indígena na versão de “encomienda” e na exploração de produtos espontâneos como erva-mate e madeira, entre outros, atendendo as necessidades do mercado externo regional. Portanto, observa-se que nesse período o Paraguai foi eminentemente agrícola, prevalecendo as exportações de bens primários de origem agrícola e florestais.

Em relação ao período independente, durante a ditadura de Dr. Francia, permanece essa lógica de comercialização, embora em menores quantidades devido às restrições comerciais impostas por Buenos Aires. Assim, o Paraguai seguia exportando erva-mate, madeiras e importando principalmente munições e armas afim de atender a política de defesa nacional estabelecido no país. Isso implica que parte significativa dos impostos gerados pelos direitos de exportação e importação era destinando a indústria de defesa nacional. Outra característica deste governo foram os esforços destinados à uma diversificação produtiva em prol de uma economia de subsistência (cultivos agrícola), além da produção pecuária (destinada ao exército e a população).

Durante o governo de Dom Carlos A. López, com o tratado do comércio e de livre navegação aumentou os níveis de exportação, todavia os principais produtos exportados continuaram sendo a erva-mate, fumo e madeiras. Ou seja, houve pouca diversificação produtiva ao longo do período analisado.

5- Bibliografia

- ARECES, N.R. De la Independencia a la guerra de la Triple Alianza (1811-1870). In: História del Paraguay. Org. TELESKA, I. Editora Taurus, 2011.
- ASHWELL, W. Historia Económica del Paraguay “De sus orígenes al gobierno de Carlos Antonio López”. Asunción, Editora Servilibro, 2015.
- BENÍTEZ, J. P. Formación Social del Pueblo Paraguayo. Buenos Aires, Ediciones Nizza, Segunda Edición, 1967.
- CAMPOS DORIA, L. A. Apuntes de historia económica del Paraguay. Desarrollo, auge y decadencia de una economía de enclaves. Intercontinental Editora S. A. 2013.
- CARDOZO, E. Breve historia del Paraguay. El Lector, Asunción, Paraguay, 1987.
- CHIAVENATO, J. J. Genocídio Americano. A Guerra do Paraguai. São Paulo. Editora Moderna, 1998.
- CORONEL, B. La Formación Social Paraguaya en el Periodo Colonial 1537-1811. In: Proceso histórico de la economía paraguaya. Org. VILLAGRA ROJAS, Luis. Primera Edición. Asunción, Paraguay. 2012.
- DURÁN ESTRAGÓ, M. Conquista y colonización (1537-1680). In: Historia del Paraguay. Org. TELESKA, I. Editora Taurus, 2011.
- FOGEL, R.; SCAPPINI, G. A través del don y la explotación: un repaso histórico de la Economía Guaraní. In: Proceso Histórico de la Economía Paraguaya. Org. Luis Rojas Villagra. Primera Edición, 2012 – Secretaría Nacional de Cultura, Asunción, Mayo de 2012.
- FRESCURA, L. El sistema monetario de la República del Paraguay (primera parte). Revista de Economía y Estadística, Primera Época, Vol. 4, No. 1 - 2 (1942): 1º y 2º Trimestre, pp. 65-97.

- FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1972.
- GARAVAGLIA, J. C. Mercado interno y economía colonial. Tres siglos de historia de la yerba mate. Segunda Edición. Prohistoria Ediciones. Rosario Argentina, 2008.
- GARAY, B. El Comunismo de las Misiones de la Compañía de Jesús en el Paraguay. Madrid. 1897a.
- GARAY, B. Breve resumen de la historia del Paraguay. Asunción, 1897b.
- HERKEN KRAUER, J. C.; GIMENEZ DE HERKEN, M. I. Gran Bretaña y la Guerra de la Triple Alianza”, Editorial Arte Nuevo, Asunción, 1983.
- PASTORE, C. La lucha por la Tierra en el Paraguay. Asunción: Internacional Editora, Tercera Edición Corregida. 2013.
- PASTORE, M. H. Trabalho forçado indígena e campesinato mestiço livre no Paraguai: uma visão de suas causas baseadas na Teoria da Procura de Rendas Econômicas. Revista Brasileira de História. V. 11, n 21, pp. 147-187, set.90/fev.91. São Paulo. 1991
- PASTORE, M. H. State-Led Industrialization: The Evidence on Paraguay, 1852-1870. Journal of Latin American Studies, vol. 26, n. 2. May, pp. 295-324, 1994.
- PASTORE, M. H. Trade contraction and economic regression: the Paraguayan economy under Francia, 1814-1840. Journal of Latin American Studies v. 26, part 3, october. 1994a.
- PASTORE, M. H. Crisis de la hacienda pública, regresión institucional y contracción económica: consecuencias de la independencia en Paraguay, 1810-1840”, in Prados, L.; Amaral, S. (eds.). La Independencia americana, consecuencias económicas, Madrid, Alianza Universidad, pp. 164-200. 1994b.
- POMER, L. La Guerra del Paraguay: Estado, política y negocios. 2. ed. Buenos Aires: CEAL, 1987. 262 p.
- SÁNCHEZ QUELL. H. Estructura y función del Paraguay Colonial. Editorial Casa América, 1972.
- TELESCA, I. Historia del Paraguay. 2011. Taurus, Asunción. 2015.
- VÁZQUEZ, F. Territorio y Población: nuevas dinámicas regionales en el Paraguay. Asunción, 2006.
- VERÓN, L. Carlos Antonio López. El vulcano guaraní. 2011. El Lector. Asunción,
- VILABOY GUERRA, S. Paraguay: de la independencia a la dominación imperialista. Editorial de Ciencias Sociales. Cuba, La Habana. 1984.
- VILLAGRA ROJAS, L. La economía paraguaya independiente. El periodo francista. In: Proceso Histórico de la Economía Paraguaya. Org. Luis Rojas Villagra. Primera Edición, 2012 – Secretaría Nacional de Cultura, Asunción, Mayo de 2012.
- WHITE, R. A. La primera revolución popular em América. Paraguay (1810-1840). Carlos Schauman Editor. Segunda Edición, 1989.